

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL -
PLAGEDER

LUCIANO KRUGER

**A importância do cooperativismo de crédito para a agricultura familiar e o
desenvolvimento rural:**

**Estudo de caso na cooperativa de crédito CRESOL BOA VISTA no município de
São Lourenço do Sul.**

São Lourenço do Sul
2011

LUCIANO KRUGER

A importância do cooperativismo de crédito para a agricultura familiar e o desenvolvimento rural:

Estudo de caso na cooperativa de crédito CRESOL BOA VISTA no município de São Lourenço do Sul.

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Fernanda Bastos de Melo.

Coorientador: Tutora Daniela Oliveira.

São Lourenço do Sul
2011.

LUCIANO KRUGER

A importância do cooperativismo de crédito para a agricultura familiar e o desenvolvimento rural:

Estudo de caso na cooperativa de crédito CRESOL BOA VISTA no município de São Lourenço do Sul.

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Aprovado com Conceito (_____)

Prof^a. Dr^a. Fernanda Bastos de Melo.

UFRGS

Prof. Márcio Zamboni Neske

UFRGS

Profa. Tanice Andreatta

UFRGS

São Lourenço do Sul, 30 de maio de 2011.

AGRADECIMENTOS.

Em alguns momentos na vida é indispensável termos algumas pessoas que nos apóiem e nos incentivem.

Agradeço ao apoio dos meus familiares, os quais sempre incentivaram minhas decisões e compreenderam que minha falta em algum momento era por algo maior que eu almejava.

A minha esposa Patrícia, que sempre esteve ao meu lado no desempenhar do curso e entendendo minhas saídas para as aulas presenciais de sexta à noite.

Aos colegas que sempre se mostraram presentes e ativos nas minhas inquietações.

Minha orientadora professora Fernanda e tutora Daniela que se mostraram incansáveis nesta etapa final do curso.

Ao tutor Gilberto e tutor Oswaldo que nos acompanharam durante todo o desempenhar do curso.

Principalmente a Deus, que iluminou meus caminhos e ajudou a atingir todos meus objetivos como este que estou finalizando agora.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE GRAFICOS

RESUMO

ABSTRACT

1- INTRODUÇÃO	11
2- REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	13
2.1- O SURGIMENTO COOPERATIVISMO NO BRASIL E NO MUNDO.....	13
2.2- TIPOS DE COOPERATIVAS.....	14
2.3- COOPERATIVISMO DE CRÉDITO.....	17
2.4- COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO BRASIL.....	18
3- SISTEMA CRESOL	21
3.1- SOBRE A CRESOL CENTRAL SC/RS.....	25
3.2- PRODUTOS E SERVIÇOS DO SISTEMA CRESOL.....	26
3.3-DIFERENCIAIS DO SISTEMA CRESOL EM RELAÇÃO A OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....	27
3.4- AVANÇOS NO SISTEMA CRESOL.....	28
4- ESTUDO DE CASO: CRESOL BOA VISTA	30
4.1- CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL E REGIÃO.....	30
4.2- CRESOL BOA VISTA.....	33
5- CONCLUSÃO	41
6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43
7- ANEXOS	45

Anexo 1- Pontos principais da Lei 5.764/71 – Leis das Cooperativas

Anexo 2- Questionário aplicado aos sócios

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Mapa apresentando a área de atuação da CRESOL CENTRAL SC/RS

FIGURA 2: Legenda do mapa de atuação da CRESOL CENTRAL, com o nome das cooperativas que fazem parte do sistema Cresol Central.

LISTA DE QUADROS

QUADRO N°1: Missão e princípios da CRESOL

QUADRO N°2: Dados históricos sobre CRESOL BASER e CRESOL CENTRAL

QUADRO N°3: Resultados do exercício de 2010 da CRESOL BOA VISTA.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO N°1: Evolução do quadro social, dividido por unidades de atendimento, em número de associados e percentuais do crescimento entre os anos 2009 e 2010.

GRÁFICO N° 2: Evolução do quadro social em números de associados.

GRÁFICO N°3: Evolução do Patrimônio Líquido, em reais, nos últimos anos.

GRÁFICO N°4: Distribuição de recursos federais (repasse), em reais, em liberações de PRONAF INVESTIMENTO (BANCO DO BRASIL, BNDES e BRDE).

GRÁFICO N°5: Distribuição de recursos federais (repasse), em reais, em liberações de PRONAF CUSTEIO (BANCO DO BRASIL e BNDES).

RESUMO

Esse trabalho pretende mostrar a importância do cooperativismo de crédito para a agricultura familiar a fim de ajudar a promover o desenvolvimento rural a nível local e regional. Ele trás um histórico sobre o surgimento do cooperativismo em geral e cooperativismo de crédito no Brasil e no mundo. Tem o objetivo central de analisar o Sistema CRESOL como forma de acesso ao crédito pela agricultura familiar. Quanto à metodologia o estudo pode ser caracterizado como um estudo bibliográfico exploratório além de entrevistas aplicadas a sócios da cooperativa através de questionário. No segmento é tratado um estudo de caso da cooperativa de crédito Cresol Boa Vista no município de São Lourenço do Sul, trazendo a caracterização do município, bem como o desempenhar das atividades da Cresol Boa Vista desde sua fundação até os dias atuais.

ABSTRACT:

This research aims to show the importance of cooperative credit for family farmers in order to help to promote rural development at local and regional levels. It brings a history of the emergence of cooperative credit in Brazil and worldwide. The main objective is to analyze the CRESOL system as a way of credit access by family farmers. Regarding methodology, it can be characterized as press and books researches besides of interviews applied to members of the cooperative through a survey. In this branch, it's considered a research of the CRESOL Boa Vista Credit Cooperative in the city of São Lourenço do Sul, bringing the characterization of the municipality and the accomplishment of activities of CRESOL Boa Vista since its foundation until now.

1- INTRODUÇÃO

Atualmente vivemos um período onde a crise econômica está destacada nas páginas de diversos jornais e revistas sendo um assunto de grande interesse para a população rural, pois uma vez que ela utiliza bastante os recursos econômicos para desenvolver suas atividades e o acesso a eles pode estar às vezes um pouco difícil para algumas famílias rurais.

Os principais jornais e noticiários de diversos países vêm destacando os sinais (desvalorização das bolsas de valores, fugas de capitais, prejuízos bancários, previsões menores de crescimento mundial e diminuições nas liberações de crédito) de uma nova crise na economia internacional.

No momento em que o agricultor se depara com a situação de dificuldade de acesso ao crédito e crédito com taxas de juros elevados é que vem o ponto onde queremos mostrar neste estudo a importância das cooperativas de crédito.

O crédito na agricultura é de grande importância durante o período de produção e é neste momento que o agricultor não pode sofrer com a burocracia a ponto de desistir do crédito de linha oficial a juros mais baixos e cair em um crédito pessoal oferecidos pelos bancos a uma taxa de juros bem mais elevados.

Além de facilitar o acesso do agricultor a linhas de crédito oficiais, as cooperativas de crédito podem oferecer ao agricultor associado uma linha de crédito próprio da cooperativa a juros mais baixos do que os oferecidos pelos bancos. Desta forma reduz o endividamento dos agricultores para gerar produção e com isso proporcionando um bem-estar a seus associados.

Outro detalhe que não pode ser esquecido de mencionar é que o agricultor familiar além de ter algumas vantagens dentro das cooperativas ele também pode e deve opinar para o bom desenvolvimento das atividades da cooperativa na qual ele está inserido, ajudando a fortalecer todo o grupo e se beneficiando com o bom andamento da mesma. Todas as atitudes a serem tomadas pela cooperativa vêm do voto se seus cooperados que elegem o seu líder, o presidente, para que ele possa responder em nome dos sócios cooperados em momentos adversos.

Este trabalho tem como objetivo central analisar o Sistema CRESOL como forma de acesso ao crédito pela agricultura familiar. Neste sentido, os objetivos

específicos têm a pretensão de apresentar o sistema Cresol e suas diferenças em relação ao sistema convencional de acesso ao crédito e ainda realizar um estudo de caso a respeito da cooperativa de crédito Cresol Boa Vista focando nos seguintes aspectos: histórico da cooperativa, número de associados, investimentos e retornos obtidos pelos sócios e alguns impactos na vida dos associados.

No segmento da pesquisa apresentarei neste estudo qual a trajetória da cooperativa de crédito CRESOL BOA VISTA no município de São Lourenço do Sul, qual o diferencial das atividades realizadas pela cooperativa de crédito CRESOL BOA VISTA e quais projetos foram exercidos a fim de proporcionar o desenvolvimento rural e das famílias que compõem a agricultura familiar no município de São Lourenço do Sul.

A problemática deste estudo preocupa-se em pesquisar o porquê de algumas famílias de agricultores ainda procuram trabalhar somente com os bancos convencionais, sendo que, neste caso específico, a cooperativa CRESOL BOA VISTA, assim como outras cooperativas de crédito, oferecem mais vantagens aos sócios cooperados do que os bancos convencionais?

No que se refere à metodologia o presente estudo pode ser caracterizado como um estudo bibliográfico exploratório. Os dados aqui levantados foram retirados de portais eletrônicos, sites oficiais de estatística e mais alguns trabalhos e dissertações que tratavam do mesmo assunto. Além do estudo bibliográfico foram também realizadas entrevistas com alguns agricultores familiares associados da cooperativa em estudo, a fim de entender o grau de satisfação destes sócios que utilizaram os recursos de PRONAF oferecidos pela cooperativa, para isso foi aplicado um questionário em forma de perguntas contendo algumas questões que dizem respeito com o trabalho exercido entre os sócios e a cooperativa.

O trabalho será organizado da seguinte forma: primeiramente será apresentado uma síntese a respeito do surgimento do cooperativismo no Brasil e no mundo e alguns tipos de cooperativas existentes. A seguir será apresentado o caso do sistema de cooperativas CRESOL e a cooperativa de crédito CRESOL BOA VISTA, mostrando o desempenho das atividades desde o seu surgimento até os dias atuais,

mostrando seu quadro evolutivo, bem como os resultados da pesquisa. Em seguida será dada a conclusão do estudo.

2- REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1-SURGIMENTO DO COOPERATIVISMO NO BRASIL E NO O MUNDO

Para Meinen (2002), a forma cooperativa de atuação pode ser traduzida como um conjunto de ações simultâneas entre grupos de pessoas com um só propósito, notadamente de cunho econômico ou profissional, em diversos campos da atividade humana, todavia ausente do propósito lucrativo, com destaque a alguns valores como de ajuda mútua, democracia, igualdade, equidade, honestidade, transparência, solidariedade e responsabilidade social.

Já para Mesquita (2004 apud Lopes, 2008, p.11), o cooperativismo é um sistema anticapitalista, que tem por objetivo o combate ao monopólio, à disciplina dos setores da produção, ao consumo e crédito.

Segundo Rossi (2006, p.17), cooperativismo é um movimento social e econômico com um potencial emancipatório que lhe confere a capacidade de servir de instrumento de resgate de cidadania econômica e social daqueles indivíduos que, no atual sistema, de um capitalismo financeiro revitalizado pela supremacia da lógica de Lex Mercatória, introduzida pela globalização econômica neoliberal, permanecem à margem da possibilidade de inclusão de desenvolvimento.

Segundo Schardong (2002), de acordo com a Eurostat, no ano de 2000, as cooperativas de crédito representavam 46% do total das instituições de crédito.

Independente das inúmeras definições para o cooperativismo, nós podemos afirmar que ele é visto como uma alternativa de desenvolvimento sócio-econômico, que busca a igualdade entre os indivíduos de uma sociedade.

De fato seu surgimento foi na Europa no ano de 1843, na cidade de Rochdale, Inglaterra. Neste ano um grupo de 28 tecelões resolveu fundar uma sociedade, a qual veio se chamar de Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale (Rochdale Society of

Equitable Pioneers) e ficaram conhecidos mundialmente por este nome (THENÓRIO FILHO, 2002; SCHNEIDER, 2006).

Esta sociedade era constituída na forma de um armazém, evitando os intermediários comerciais, fazendo com que os produtos chegassem a preços mais atrativos aos consumidores finais e ainda mantendo uma boa margem de lucro aos sócios e estes lucros podendo ser revertidos à comunidade, como por exemplo, na educação, doutrinando o conceito cooperativista para a continuidade do sistema, ou até mesmo na construção novos armazéns (THENÓRIO FILHO, 2002; SCHNEIDER, 2006).

Existem dois motivos básicos para a formação de cooperativas. Normalmente, as cooperativas surgiriam em cenários em que os mercados falham, ou seja, quando os produtores rurais encontram-se confrontados com mercados oligopolizados, sentindo-se prejudicados no processo de formação de preços (COOK, 1995).

Bialoskorski (2001) reforça a idéia de Cook quando afirma que o cooperativismo desenvolve-se de forma mais intensa no setor primário da economia, devido às estruturas de mercado encontradas. Dessa forma, a existência de estruturas econômicas intermediárias, como as cooperativas, possibilita uma diminuição dos riscos e uma agregação de valor pra os para os produtores rurais que, isoladamente, em muitos casos, não teriam condições favoráveis de relacionamento com estes mercados concentrados.

2.2- TIPOS DE COOPERATIVAS.

Existem diversos motivos para constituir cooperativas, como, por exemplo, melhorar acesso a diversos setores, podendo ser cooperativas de produção, trabalho, crédito, etc. São normalmente constituídas quando a comunidade está com dificuldades de acesso a algumas necessidades.

De acordo com Pinho (1991 apud Lopes, 2008), existem vários tipos de cooperativas, conforme seguem abaixo:

- a) Cooperativas Educacionais: reúnem pais de alunos; a cooperativa é mantedora de uma escola, cujos alunos são filhos de cooperados;

- b) Cooperativas de Consumo: reúnem consumidores de bens de uso pessoal e doméstico (supermercado); seus serviços são a compra em comum destes bens;
- c) Cooperativas de Energia: reúnem cooperativas de distribuição e geração de energia elétrica, podem atuar em diferentes regiões, como exemplo, a FECOERGS composta por 23 cooperativas de distribuição e geração de energia elétrica, atuando nas regiões de produção agropecuária do RS, na área rural de 358 municípios e 72 sedes municipais, beneficiando a mais de um milhão de gaúchos;
- d) Cooperativas Habitacionais: reúnem pessoas precisando de moradia; seus serviços consistem na aquisição de terreno e construção de casas ou prédios residenciais;
- e) Cooperativas de Produção: reúnem operários de uma fábrica; seus serviços consistem em coordenar o funcionamento da fábrica;
- f) Cooperativas de Crédito: reúnem a poupança das pessoas, oferecendo crédito e valorizando as aplicações financeiras dos cooperados. No Brasil, atualmente, elas são fechadas, ou seja, restritas a alguma categoria profissional (produtores rurais) ou trabalhadores de uma empresa;
- g) Cooperativas Especiais: É uma alternativa de organização para índios e pessoas portadoras de necessidades especiais, que conservam sua capacidade produtiva.
- i) Cooperativas de Trabalho: reúne trabalhadores; seus serviços consistem em conseguir clientes ou serviço para estes cooperados, fornecer capacitação e treinamento técnico, entre outros;
- h) Cooperativas de Saúde: reúnem profissionais ou usuários de saúde. Nesse caso, juntamos num mesmo ramo cooperativo de trabalho (médicos, dentistas, psicólogos) e cooperativas de “consumo” (consumidores de plano de saúde).
- i) Cooperativas Agropecuárias: reúnem produtores rurais; seus serviços podem ser a compra em comum de insumos, a venda em comum da

produção dos cooperados, a prestação de assistência técnica, armazenagem, industrialização, entre outros;

Cook (1995) identifica quatro tipos básicos de cooperativas agropecuárias nos Estados Unidos, todas evidenciando que o incentivo para sua formação teve raízes em estratégias de sobrevivência:

- a) Cooperativas locais: estas unidades econômicas operam em um espaço geográfico definido, atingindo economias de escala e escopo na comercialização de commodities. Fundada inicialmente para prover um serviço inexistente, para prevenir o estabelecimento de firmas com poder de mercado, para reduzir o risco e atingir economias de escala. Normalmente, são monopolistas/monopsonistas no mercado local.
- b) Cooperativas regionais multifuncionais: Com foco na competitividade, as cooperativas regionais trabalham em diversos setores como compra de insumos, prestação de serviços e venda de produtos dos agricultores. Muitas são integradas a frente ou para trás, podendo ser organizadas em centrais ou federações. Elas diferem das cooperativas locais por dificilmente serem monopolistas/monopsonistas nos mercados em que atuam.
- c) Cooperativas de barganha: As cooperativas de barganha se dirigem a falhas de mercado através de integração horizontal. Os produtores se organizam nessas associações com o intuito de tentar afetar os termos de troca em favor dos membros da cooperativa quando negociando com compradores de seus produtos agrícolas. As funções destas cooperativas são aumentar as margens dos produtores de commodities perecíveis, em que a especificidade de ativo temporal cria uma situação de oportunismo pós-contratual potencial.
- d) Cooperativas de Marketing: Estas instituições são de integração vertical que compete com firmas não cooperativas. Os objetivos desta instituição são desviar do intermediário (uma empresa não cooperativa), aumentando os preços pagos ao produtor, aumentando as margens e evitando firmas com poder de mercado.

2.3- COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

O cooperativismo de crédito tem seu berço na Alemanha, cidade de Delitzsch. Herman Schulze, sujeito que ocupou importantes cargos políticos em sua cidade, preocupado com as classes sociais mais sofridas, criou uma pequena caixa de socorro, priorizando ajudar casos de doença e morte. Com o passar do tempo outros socorros começaram a ser prestados, sendo assim, constituindo a primeira cooperativa de crédito em 1850 (PINHO, 2004).

Posteriormente surgiram outros dois modelos clássicos de cooperativas de crédito, o modelo Luzzatti - Itália- e o modelo Raiffeisen – Alemanha (PINHO, 2004; THENÓRIO FILHO, 2002).

O Luzzattismo foi desenvolvido por Luigi Luzzatti, um professor universitário, que se dedicava aos problemas econômicos, fundou o Banco Popular em 1864 e criou o lema “Ajuda-te. Deus e o Estado te ajudarão”. Com isso o sistema Luzzatti, espalhou-se por toda a Itália, e pela sua lei, os bancos cooperativos se constituem como sociedades mutualistas, desempenhando as mesmas atividades que os bancos comerciais (PINHO, 2004; THENÓRIO FILHO, 2002; ROSSI, 2006).

O Raiffeiseanismo foi desenvolvido por Friedrich Wilhelm Raiffeisen. Ele que criou a Associação de Caixas de Crédito de Heddesdorf, sob o lema “um por todos e todos por um” (PINHO2004; PALHARES, 2004).

As caixas Rurais de Raiffeisen se espalharam por inúmeras regiões da Alemanha e é considerada a primeira cooperativa de Crédito Rural do mundo. Raiffeisen pregava a integração horizontal das cooperativas e a criação de entidades centralizadoras de segundo e terceiro graus, com centrais regionais e um banco que permitisse o fluxo financeiro e exercesse fiscalização sobre as singulares, com o objetivo de intervir caso houvesse desvio dos objetivos propostos pela organização (PINHO, 2004; THENÓRIO FILHO, 2002; ROSSI, 2006).

Além destes modelos clássicos de cooperativismo, também existem diversos outros conceitos sobre o mesmo. Segundo Shardong (2002) existem outros conceitos diferente aos modelos clássicos de cooperativismo:

- a) Conceito Doutrinário: toda e qualquer instituição é uma idéia de obra ou de empresa que se realiza e continua a existir juridicamente em um meio social. Entre os membros destes grupos sociais interessados na realização da idéia, criam-se manifestações de comunhão, dirigidas pelos órgãos do poder e reguladas por normas de procedimento. Portanto, verificamos que a idéia se constitui em que uma empresa criará laços sociais, fazendo com que todos os envolvidos tenham um objetivo em comum.
- b) Conceito jurídico; Na instituição criada, não há somente o eu, mas sim o nós. Todos os outros integrantes formam um só corpo espiritual e há neles alguma coisa de mim mesmo. Tal aspecto denomina os direitos de coletividade que se sobrepõe aos individuais. Assim sendo, mostra que a personalidade do Sistema Cooperativo tem seu fundamento na coletividade de pessoas físicas e jurídicas, as quais formam um ser social, que já possui vida jurídica própria.

Para Meinem (2002), os objetivos das cooperativas de crédito são:

- a) Educação financeira dos associados;
- b) Economia sistemática;
- c) Uso adequado do crédito;
- d) Prestação de serviço;
- e) Ajuda mútua

2.4- COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO BRASIL

No Brasil o fundador do cooperativismo de crédito foi o padre jesuíta Theodor Amstad. Nascido em 1851 na Suíça e veio ao Brasil em 1885. Morou no Rio Grande do Sul em terras de colonização Alemã, precisamente, hoje município de Nova Petrópolis. Cooperativa esta, fundada nos moldes do cooperativismo de Raiffeisen

que continua em atividade na atualidade, denominada de Cooperativa de Crédito Rural de Nova Petrópolis- SICREDI PIONEIRA.

Como no estado do Rio Grande do Sul a colonização foi de imigrantes alemães e italianos, a doutrina cooperativista não teve dificuldade em se expandir, visto que estes povos já tinham conhecimento do cooperativismo e por suas características bastante sólidas (PINHO, 2004; THENÓRIO, 2002).

O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado em 1965, teve o Banco do Brasil como provedor oficial de subsídios fáceis e abundantes para o setor. Em meados da década de 1980, no entanto, os recursos financeiros destinados ao crédito rural por parte do Estado, começam a reduzir-se drasticamente (ZULIAN, 2002).

As cooperativas são sociedades civis independentemente da atividade que exploram. Normalmente dedicam-se às mesmas atividades dos empresários e costumam atender aos requisitos legais, mas não se submetem ao regime jurídico empresarial, quer dizer, não estão sujeitas à falência e não podem requerer a recuperação judicial, segundo PINHO, 2004 sua constituição pode ser da seguinte forma:

- a) Voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;
- b) Variabilidade do capital social, representado por cotas-parte;
- c) Limitação do número de cotas-parte para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade;
- d) Inacessibilidade das quotas partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;
- e) Retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da assembléia geral;
- f) Quorum para o funcionamento e deliberação da assembléia geral baseado no número de associados e não no capital;

g) Indivisibilidade dos fundos de reserva e de assistência técnica educacional e social;

h) Neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;

i) Prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;

j) Área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços;

k) Singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade.

A sociedade cooperativa surge a partir de um grupo de pessoas que possuem um propósito comum, geralmente de cunho econômico ou profissional, no entanto, sem propósito lucrativo. Sustentada em valores como ajuda mútua, democracia, igualdade, equidade, honestidade, transparência, solidariedade e responsabilidade social. Apesar do objetivo das cooperativas não ser lucro, as mesmas não se sustentariam sem retorno financeiro para seu desenvolvimento e fortalecimento (PINHO, 2004).

Dessa forma, as cooperativas mantêm respeito às diretrizes do capitalismo, pois dependem disso para manterem seus espaços economicamente competitivos com qualidade e eficiência, ainda, devem agregar renda aos seus associados, aproximando-se da doutrina socialista ao serem promotoras de partilhamento equilibrado dos resultados obtidos (PINHO, 2004).

Segundo Pinho (2004) são sete os princípios do cooperativismo:

1–Adesão voluntária e livre;

2–Gestão democrática pelos membros;

3–Participação econômica dos membros;

4–Autonomia e independência;

5–Educação formação e informação;

6–Intercooperação;

7–Interesse pela comunidade.

3- SISTEMA CRESOL.

O Sistema CRESOL tem o objetivo explícito de enfrentar um dos maiores problemas do Brasil - a má distribuição de renda, principalmente no âmbito rural onde a desigualdade torna-se mais evidente. Ela parte da premissa de que existe um público não contemplado pelo sistema bancário, cuja geração de renda encontra-se inibida pelas restrições sociais a que agricultores desprovidos de patrimônio submetem-se, quando solicitam crédito.

As experiências demonstram a importância da prestação dos serviços financeiros e do crédito agrícola para o campo. A análise das instituições de micro finanças e de micro créditos indica que para atender os pequenos agricultores é preciso desenvolver mecanismos que reduzam a assimetria de informação, que diminuam os custos de transação e que aceitem garantias alternativas dos pequenos agricultores (YUNUS, 2000).

O crédito rural surgiu em 1930, mas a Agricultura Familiar só foi valorizada através da criação da Cresol, que revolucionou o formato de instituição financeira no campo. Concebida pelas próprias organizações da Agricultura Familiar, constitui-se como cooperativa autogestionária com o papel de viabilizar o crédito para fomentar a produção, principalmente àqueles que viviam excluídos do sistema financeiro (CRESOL, 2007).

A Cresol é um Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária que surgiu para oferecer, além de serviços financeiros, crédito, desenvolvimento e inclusão social aos agricultores familiares.

O Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária – CRESOL nasceu da luta de famílias agricultoras por acesso ao crédito e pela participação, como sujeitos, num projeto de desenvolvimento local sustentável. Com

as dificuldades de acesso ao crédito rural, no final da década de 1980, somada às necessidades de financiar experiências alternativas na agricultura, algumas organizações das regiões Sudoeste e Centro-Oeste do Paraná procuraram estruturar um fundo de financiamento para a agricultura familiar – o Fundo de Crédito Rotativo (FCR) (CRESOL, 2007).

A criação de cooperativas de crédito rural com interação solidária foi motivada pela dificuldade de acesso ao crédito e à inadequação do sistema financeiro para a Agricultura Familiar. Influenciados por essas dificuldades, em 1993 agricultores familiares do Oeste de Santa Catarina, apoiados pelo movimento sindical da CUT Rural e ONG's, buscaram melhorar as condições do crédito e criaram cooperativas de crédito. A partir do exemplo catarinense e da administração dos fundos rotativo do estado do Paraná, agricultores familiares constituíram em 1995, no Sul do Brasil, o Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária, denominado Cresol (CRESOL, 2007).

Concebida pelas próprias organizações da Agricultura Familiar, a Cresol constitui-se como uma cooperativa autogestionária que viabiliza o acesso ao sistema de micro finanças para fomentar a produção, principalmente àqueles que viviam excluídos do sistema financeiro. Além de ampliar a abrangência e o papel dos fundos, as cooperativas significaram um instrumento de gestão com uma grande capacidade de intervenção na economia e reconhecimento como instrumento financeiro dos agricultores familiares (CRESOL, 2007).

A Cresol teve início em 1995 nos fundos rotativos criados pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e ONGs do Sudoeste do Paraná, e logo se estendeu para Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Além de ampliar a abrangência e o papel dos Fundos, as cooperativas significaram um instrumento de gestão de recursos com valor jurídico (CRESOL, 2007).

Tal fundo era financiado pela ONG Alemã de cooperação internacional Misereor e administrado por movimentos pastorais e sindicais, organismos não governamentais, associações e movimentos de sem terras das regiões Sudoeste e Centro-Oeste do Paraná. A partir dessa experiência ficou evidenciada a necessidade de criar uma instituição que pudesse melhorar o acesso, canalizar e desburocratizar o

crédito rural, além de administrar os recursos de poupança dos agricultores e prestar outros serviços financeiros que eles demandassem (CRESOL, 2007).

As primeiras cooperativas do Sistema CRESOL no estado do Paraná foram criadas em 1996, sendo logo em seguida, criada uma Base de Serviços (BASER) encarregada de dar suporte a essas cooperativas nas áreas de formação, normatização, contabilidade e informática. A BASER organizava, ainda, a interlocução com outras organizações, bancos, governos e entidades de apoio. Nos anos seguintes, e com o gradativo aumento do número de cooperativas, novas bases regionais foram criadas.

Em 2000 a CRESOL BASER, por orientação do Banco Central, foi transformada em cooperativa central, com sede em Francisco Beltrão/PR, tendo como filiadas às cooperativas singulares do Paraná e de Santa Catarina. Seguindo o princípio da descentralização e crescimento horizontal, em 2004 foi criada a segunda cooperativa central de crédito, CRESOL Central, sediada em Chapecó/SC, tendo como filiadas às cooperativas do Rio Grande do Sul e algumas de Santa Catarina. A CRESOL BASER é encarregada de dar suporte às cooperativas nas áreas de formação, normatização, contabilidade, informática, organizando ainda a interlocução com outras organizações, como bancos, governos e entidades de apoio (CRESOL, 2007).

O sistema Cresol até 2004 atuava nos três estados do Sul, e possuía a sede administrativa na cidade de Francisco Beltrão – Paraná. Em novembro de 2004 houve desmembramento e foi criada a Cresol Central SC/RS, com sede em Chapecó – Santa Catarina. Com atuação nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, inicialmente a Cresol Central SC/RS contava com quatro bases de serviços, 24 mil sócios e 33 cooperativas singulares filiadas. Atualmente são quatro bases regionais, 34 mil associados e 47 cooperativas singulares (CRESOL, 2007).

A Cresol Central SC/RS é uma instituição financeira reconhecida e autorizada pelo Banco Central. Constituída por cooperativas singulares e bases regionais de serviços, opera favorecendo uma atuação descentralizada. O sistema é formado essencialmente por agricultores familiares, que visam melhorar as condições de vida de seus cooperados através do crédito.

Constituída com o apoio de um conjunto de organizações que defendem a Agricultura Familiar, a Cresol Central SC/RS começou a atuar em fevereiro de 2005. Inserida num modelo de cooperativismo que prima e valoriza a participação dos associados, a gestão é executada por agricultores, valorizando e incentivando o desenvolvimento local sustentável.

As operações de crédito disponibilizadas pela Cresol visam o desenvolvimento e procuram integrar os associados, sendo assim, um instrumento de acesso e fortalecimento da Agricultura Familiar. Os serviços bancários oferecidos aos associados incluem conta-corrente, talão de cheque, poupança, financiamento, seguro, consórcio, entre outros (CRESOL, 2010).

Quadro N°1: Missão e princípios da CRESOL

MISSÃO	Fortalecer e estimular a interação solidária entre cooperativas e agricultores (as) familiares através do crédito e da apropriação do conhecimento, visando o desenvolvimento local sustentável.
PRINCÍPIOS	Democracia Articulação com os movimentos populares / Gestão pelos agricultores familiares Transparência Solidariedade e cooperação Descentralização Honestidade

Fonte: CRESOL CENTRAL (2010).

Quadro nº2: Dados históricos sobre CRESOL BASER e CRESOL CENTRAL

	CRESOL BASER	CRESOL CENTRAL
Fundação	Ano de 2000 (porém o sistema Cresol existe desde 1995)	Ano de 2005
Número de sócios na fundação	1.639 (dados de 1996)	24.000
Número de cooperativas na fundação	5 (dados de 1996)	33
Número de sócios	40.000 (dados de 2006)	29310 em 2005 e 93.416 em 2010
Número de cooperativas	101(dados de dezembro de 2005)	42 em 2005 e 60 em 2010
Número de unidades de atendimento		18 em 2005 e 94 em 2010

Fonte: CRESOL CENTRAL (2010).

3.1- Sobre a Cresol Central SC/RS

Inicialmente o Sistema Cresol atuava nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, todos no Sul do país. Hoje o Sistema é composto por duas centrais administrativas, sendo que a Cresol Central SC/RS está sediada em Chapecó, no Oeste de Santa Catarina, e atua nos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

A Cresol Central SC/RS atua em formato de rede e por isso é integrada às suas bases regionais de serviços e cooperativas singulares. Atualmente possui 7 bases regionais de serviços, 57 cooperativas singulares, 92 unidades de atendimento cooperativo e aproximadamente 85 mil associados em mais de 300 municípios de pequeno e médio porte.

Formada por uma equipe de dirigentes e colaboradores, a Cresol Central SC/RS oferece às bases regionais de serviços e cooperativas singulares suporte administrativo, financeiro, contábil, educacional, tecnológico e de marketing e comunicação, e ainda realiza articulações políticas e sociais para proporcionar acesso

ao crédito. Por outro lado, as bases regionais de serviços oferecem às cooperativas singulares suporte administrativo, contábil e jurídico unificado; e as cooperativas singulares são o elo entre o associado e o acesso ao crédito e a serviços financeiros (CRESOL, 2007).

3.2- Produtos e serviços do Sistema Cresol

Os serviços financeiros e as operações de crédito disponibilizadas pela Cresol, através de recursos oficiais e privados, visam ao desenvolvimento e procuram integrar os associados, sendo assim, um instrumento de acesso e fortalecimento da Agricultura Familiar. Os produtos e serviços oferecidos incluem conta corrente, talão de cheques, depósito à vista, depósito a prazo cooperativo, cartão de crédito e de débito, financiamentos rurais, empréstimos pessoais (microcrédito), seguros, consórcios e ainda recebimento de benefícios e pagamento de títulos (REVISTA CRESOL, 2006a).

A Cresol Central SC/RS proporciona ainda importantes programas aos agricultores familiares, sendo destaque o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Nacional do Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO) e o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Estes programas, aliados aos produtos e serviços disponibilizados pela Cresol, proporcionam incentivos aos agricultores familiares para que os mesmos permaneçam no campo produzindo alimentos com uma melhor qualidade de vida.

O Sistema CRESOL concede créditos principalmente para custeio agrícola (matéria prima e insumos) e investimentos (maquinários e gastos de infra-estrutura). As garantias são feitas por meio de avalistas (créditos individuais) ou aval solidário (grupo).

Os valores e prazos seguem parâmetros preestabelecidos, independentemente do histórico de operações dos clientes com a instituição. Os créditos possuem taxas que variam de 3% a 6% ao ano, dependendo do produto e de sua fonte de recurso. O valor dos juros cobrados é independente do tipo de operação e/ou garantia fornecida (REVISTA CRESOL, 2006a).

Com relação aos serviços financeiros, o Sistema CRESOL oferece aos seus associados: a) aplicações remuneradas com taxas que variam de 6% a 12% ao ano mais a Taxa Referencial (por meio de depósitos a prazo cooperativo mensal e diário (DPCs)); b) Conta corrente e talão de cheques; c) Cartão de crédito CRESOL e d) Correspondente Bancário (REVISTA CRESOL, 2006a).

Além destes serviços, o Sistema CRESOL concede financiamentos com recursos subsidiados pelo Governo Federal via PRONAF, repassando-os aos seus associados com juros inferiores a 5% ao ano. Estes recursos representam mais de 75% das operações de crédito do Sistema CRESOL. O sistema é o responsável pelo risco da concessão desses empréstimos frente ao Banco do Brasil, que efetua o repasse para o Sistema CRESOL. A instituição obtém um *spread* de 3,8% sobre o repasse destes recursos (REVISTA CRESOL, 2006a).

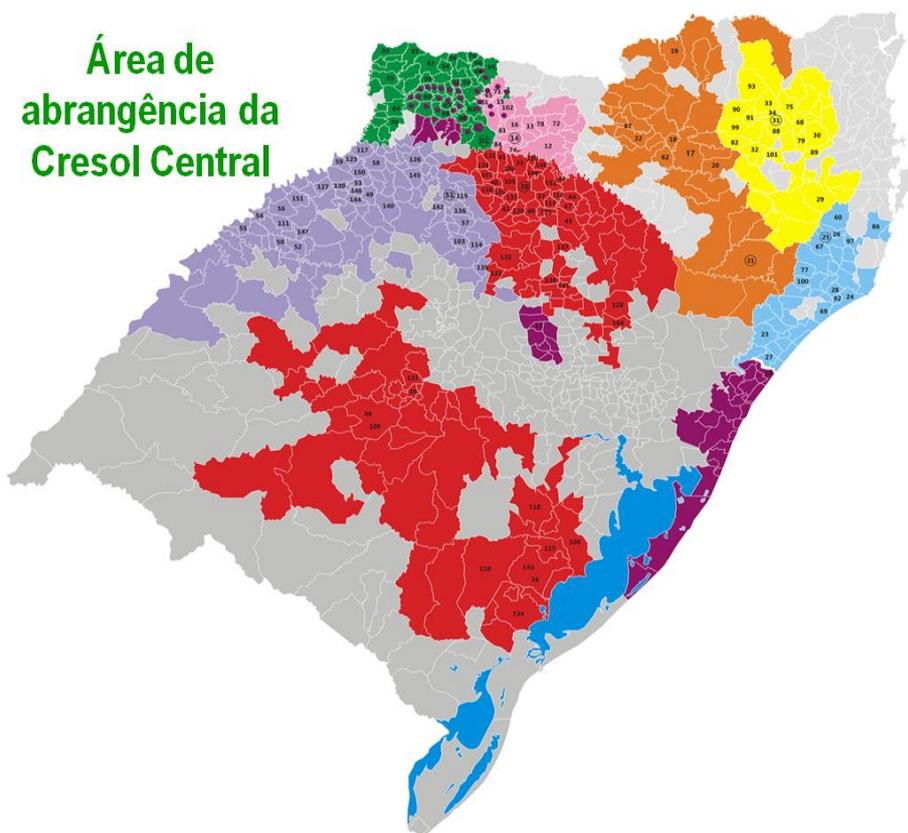
3.3- Diferenciais do Sistema Cresol em relação a outras instituições financeiras

- A Cresol é uma instituição financeira amparada por Lei Federal, autorizada e fiscalizada pelo Banco Central do Brasil;
- É administrada pelos próprios associados;
- Possui uma gestão diferenciada que promove a proximidade e a participação, e ainda potencializa a economia local e regional;
- Cada cooperativa possui um Comitê de Crédito e um grupo de Agentes de Desenvolvimento e de Crédito que visam ampliar o controle social e garantir uma gestão transparente e eficaz;
- A Cresol está presente em municípios agrícolas de pequeno e de médio porte com baixa cobertura de instituições financeiras;
- Preocupa-se com ações sociais e sustentáveis e por isso desenvolve e incentiva programas agro-ecológicos e de bioconstrução;
- Oferecem Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) aos associados para auxiliar no desenvolvimento das propriedades e melhoria no trabalho dos associados.

3.4- Avanços no Sistema Cresol:

A partir de 2002, o cooperativismo de crédito começou a vivenciar um novo momento com avanços no Marco Legal do Cooperativismo. Ele fortaleceu, ampliou e consolidou o cooperativismo de crédito como uma alternativa importante, tendo um papel regulador no sistema financeiro brasileiro e de acesso às políticas públicas por parte da Agricultura Familiar.

FIGURA 1: Mapa apresentando a área de atuação da CRESOL CENTRAL SC/RS:



Fonte: CRESOL CENTRAL, 2011.

Figura 2: Legenda do mapa de atuação da CRESOL CENTRAL, com o nome das cooperativas que fazem parte do sistema Cresol Central .

1	Cresol Central SC/RS (Chapecó - SC)
1	Cresol Base Oeste (Chapecó - SC)
1	Cresol Chapecó
2	Cresol Coronel Freitas
3	Cresol Dionísio Cerqueira
4	Cresol Formosa do Sul
5	Cresol Guaraciaba
6	Cresol Pedra Branca (Coronel Martins)
7	Cresol Pinhalzinho
8	Cresol Quilombo
9	Cresol Santa Terezinha do Progresso

1	Cresol Base Cescoper (Chapecó - SC)
1	Cresol Credi Chapecó
10	Cresol CooperSIN (Torres - RS)
11	Cresol Altocredi (Itápolis - RS)

14	Cresol Base Integração (Seara - SC)
12	Cresol Concórdia
13	Cresol Iporanga
14	Cresol Seara
15	Cresol Xanxerê
16	Cresol Xavantina

21	Cresol Base Serrana (São Joaquim - SC)
17	Cresol Curitibaanos
18	Cresol Frei Rogério
19	Cresol Irineópolis
20	Cresol Ponte Alta
21	Cresol São Joaquim
22	Cresol Tangará

25	Cresol Base Sul (Rio Fortuna - SC)
23	Cresol Jacinto Machado
24	Cresol Jaguaruna
25	Cresol Rio Fortuna
26	Cresol Santa Rosa de Lima
27	Cresol São João do Sul
28	Cresol Treze de Maio

31	Cresol Base Vale do Itajaí (Dona Emma - SC)
29	Cresol Alfredo Wagner
30	Cresol Apiúna
31	Cresol Dona Emma
32	Cresol Pouso Redondo
33	Cresol Vitor Meireles
34	Cresol Witmarsum

38	Cresol Base Alto Uruguai (Erechim - RS)
35	Cresol Aratiba
36	Cresol Boa Vista (São Lourenço do Sul)
37	Cresol Centenário (Aurea)
38	Cresol Erechim
39	Cresol Quarta Colônia (Faxinal do Soturno)
40	Cresol Getúlio Vargas
41	Cresol Itatiba do Sul
42	Cresol Jacutinga
43	Cresol Marcelino Ramos
44	Cresol Paim Filho
45	Cresol Sananduva
46	Cresol Santa Maria
47	Cresol São João da Urtiga
48	Cresol São Valentim

51	Cresol Base Noroeste (Constantina - RS)
49	Cresol Campo Novo
50	Cresol Cerro Largo
51	Cresol Constantina
52	Cresol Guarani das Missões
53	Cresol Humaitá
54	Cresol Porto Lucena
55	Cresol Porto Xavier
56	Cresol Santo Cristo
57	Cresol Sarandi
58	Cresol Tenente Portela
59	Cresol Tiradentes do Sul

Cresol Unidade de Atendimento Cooperativo - Santa Catarina	
60	Cresol UAC de Anitópolis
61	Cresol UAC de Arvoredo
62	Cresol UAC de Brunópolis
63	Cresol UAC de Campo Erê
64	Cresol UAC de Descanso
65	Cresol UAC de Entre Rios
66	Cresol UAC de Galvão
67	Cresol UAC de Grão Pará
68	Cresol UAC de Ibirama
69	Cresol UAC de Içara
70	Cresol UAC de Iporã do Oeste
71	Cresol UAC de Ipuçu
72	Cresol UAC de Irani
73	Cresol UAC de Irati
74	Cresol UAC de Itá
75	Cresol UAC de José Boiteux
76	Cresol UAC de Jupia
77	Cresol UAC de Lauro Müller
78	Cresol UAC de Lindóia do Sul
79	Cresol UAC de Lontras
80	Cresol UAC de Maravilha (Base Oeste)
	Cresol UAC de Maravilha (Base Cescoper)
81	Cresol UAC de Marema
82	Cresol UAC de Mirim Doce
83	Cresol UAC de Nova Itaberada
84	Cresol UAC de Paial
85	Cresol UAC de Palma Sola
86	Cresol UAC de Paulo Lopes
87	Cresol UAC de Pinheiro Preto
88	Cresol UAC de Presidente Getúlio
89	Cresol UAC de Presidente Nereu
90	Cresol UAC de Rio do Campo
91	Cresol UAC de Saleté
92	Cresol UAC de Sangão
93	Cresol UAC de Santa Terezinha
94	Cresol UAC de São Bernardino
95	Cresol UAC de São Domingos
96	Cresol UAC de São Lourenço do Oeste
97	Cresol UAC de São Martinho
98	Cresol UAC de Saudades
99	Cresol UAC de Taió
100	Cresol UAC de Treviso
101	Cresol UAC de Trombudo Central
102	Cresol UAC de Xanxerê

Cresol Unidade de Atendimento Cooperativo - Rio Grande do Sul	
103	Cresol UAC de Almirante Tamandaré do Sul
104	Cresol UAC de Antônio Prado
105	Cresol UAC de Barão de Cotegipe
106	Cresol UAC de Barra do Rio Azul
107	Cresol UAC de Benjamin Constant do Sul
108	Cresol UAC de Camaquã
109	Cresol UAC de Camobi
110	Cresol UAC de Canguçu
111	Cresol UAC de Cândido Godói
112	Cresol UAC de Carlos Gomes
113	Cresol UAC de Centenário
114	Cresol UAC de Coqueiros do Sul
115	Cresol UAC de Cristal
116	Cresol UAC de Cruzaltense
117	Cresol UAC de Derrubadas
118	Cresol UAC de Dom Feliciano
119	Cresol UAC de Engenho Velho
120	Cresol UAC de Erebangó
121	Cresol UAC de Ernestina
122	Cresol UAC de Erval Grande
123	Cresol UAC de Esperança do Sul
124	Cresol UAC de Faxinalzinho
125	Cresol UAC de Florianópolis
126	Cresol UAC de Frederico Westphalen
127	Cresol UAC de Horizontina
128	Cresol UAC de Ipê
129	Cresol UAC de Mariano Moro
130	Cresol UAC de Nova Candelária
131	Cresol UAC de Nova Palma
132	Cresol UAC de Passo Fundo
133	Cresol UAC de Paulo Bento
134	Cresol UAC de Pelotas
135	Cresol UAC de Ponte Preta
136	Cresol UAC de Rondinha
137	Cresol UAC de Santa Cecília do Sul
138	Cresol UAC de Santo Antônio do Palma
139	Cresol UAC de Santo Antônio do Planalto
140	Cresol UAC de Santo Augusto
141	Cresol UAC de São Domingos do Sul
142	Cresol UAC de São José das Missões
143	Cresol UAC de São Lourenço do Sul
144	Cresol UAC de São Martinho
145	Cresol UAC de Seberí
146	Cresol UAC de Sede Nova
147	Cresol UAC de Senador Salgado Filho
148	Cresol UAC de Severiano de Almeida
149	Cresol UAC de Três Arroios
150	Cresol UAC de Três Passos
151	Cresol UAC de Tuparendi
152	Cresol UAC de Viadutos

Fonte: CRESOL CENTRAL, 2011.

Onde se desenvolve a Agricultura Familiar, brota a esperança através do trabalho apoiado pelo crédito solidário! (CRESOL CENTRAL, 2011).

4. ESTUDO DE CASO: CRESOL BOA VISTA

4.1- Caracterização do município de São Lourenço do Sul e Região

Dados geográficos indicam que São Lourenço do Sul está localizado a 180Km ao sul da capital Porto Alegre, pela BR-116, e a 60Km ao norte de Pelotas, pela mesma rodovia. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), coletados pelo ITEPA (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria) em 2000, a população era de 43.698 habitantes, dos quais 23.468 moradores da zona urbana (53,7% da população) e 20.230 moradores da zona rural, 46,3% da população (SALOMONI apud WAGNER, 2009).

Seu território é de 2045,8 km², sendo que 2031,9 correspondem à área rural e apenas 13,9 à área urbana, divididos em sete distritos além da sede. O relevo caracteriza-se por planícies entremeadas por Serras entre o Litoral Sul e o Planalto Sul Rio-grandense.

A altitude média do município é de 25 metros na várzea, também denominada região costeira à Laguna dos Patos e de 150 metros na área colonial, aonde chega a 300 metros. Segundo o IBGE (2010) a população é de 43110 (quarenta e três mil, cento e dez pessoas), sendo que 24.234 (56%) são da área urbana e 18.880 (44%) pertence à área rural, conforme mapa do Rio Grande do Sul com destaque para o município, segundo estes dados podemos ver que a população rural teve uma queda significativa nestes últimos dez anos, visto que a população no geral está praticamente equilibrada neste período.

Com relação à colonização, segundo SALAMONI (1995), essa começou a ser pensada após a chegada da família real ao Brasil, quando o governo imperial português, com o intuito de promover a povoação (já que as terras existentes eram muito intensas e pouco povoadas), trouxe agricultores, principalmente de origem açoriana, para que se instalassem no sul do Brasil. Estes, aqui radicados, acabaram por praticar a agricultura, mas, em pouco tempo, por diversos fatores, acabaram por passar para a pecuária. Assim, houve a carência de ocupação de terra e produção agrícola, fator predominante para a entrada de imigrantes europeus não-lusitanos no Brasil. Tais aceitaram a idéia prontamente, pois viviam a situação de excedente de mão-de-obra e carência de oportunidade de trabalho e de terras em seus locais de origem (WAGNER, 2009).

Conforme COARACY (1957, p. 15):

O ano de 1850 marca o início de uma fase na política de colonização. A partir dessa data, o governo imperial toma uma série de iniciativas e medidas, tendo por alvo incrementar e sistematizar a imigração de elementos, que viessem dedicar-se à agricultura.

O município de São Lourenço do Sul foi inicialmente ocupado por luso-açorianos, índio, espanhol e negro (Séculos XVII e XVIII) estabelecendo-se nas planícies, desenvolvendo a pecuária e as charqueadas, a serra permanecia praticamente intocada. Num segundo momento o alemão Jacob Rheingantz com negócios estabelecidos em Rio Grande e Pelotas juntamente com o capitalista José Antonio de Oliveira Guimarães, estimulados pela política de imigração do Império conduziu a colonização particular alemã/pomerana e italiana no município. Originaram-se formas distintas de exploração das terras: uma de base familiar de pequeno porte para produção diversificada (batata, feijão, fumo, milho, leite, fruticultura e hortaliças) e outra de caráter extensivo de médio a grande porte com produção de arroz irrigado e gado.

O processo de ocupação das terras determinou a atual estrutura fundiária em São Lourenço do Sul com cerca de 90% dos estabelecimentos com menos de 50 hectares conforme Censo agropecuário (2006).

Conforme produção agrícola do IBGE (2009) pode observar que em relação às culturas temporárias, a cultura do arroz se destaca em termos de volume de produção com 70.014 toneladas em área plantada de 10.350 hectares e em relação às culturas permanentes destaca-se a produção de leite com 33.191.000 litros com 20.716 vacas ordenhadas. Na pecuária de corte o efetivo de bovinos é de 113.814 cabeças.

O alemão, radicado em São Lourenço do Sul, Jacob Rheigantz estabeleceu sociedade com um grande estancieiro da época, que se chamava José Antônio de Oliveira Guimarães e possuía uma propriedade à margem da Lagoa dos Patos, em um período em que este lugar não passava de “Porto de São Lourenço” e nem chegava a ser um povoado. O contrato de sociedade estabelecia que Guimarães

ficaria encarregado de comprar as sesmarias e Rheingantz, de encaminhar os colonos para estes “estabelecimentos coloniais”, dando-lhes suporte com relação à alimentação e ferramentas de trabalho, nos primeiros seis meses, chegou às terras do futuro município um grupo de 88 colonos, com a presença de elementos procedentes de: Altona, Prússia, Saxônia, Hamburgo, Holstein, România, Osterfeld, Lubeck e Pomerânia¹. Rheigantz tinha como propósito fundar a Colônia em 8 de janeiro de 1858, mas um atraso na viagem adiou este fato para 15 de janeiro de 1858. A Igreja que lá se localizava, com o nome do santo, acabou batizando a futura cidade: São Lourenço do Sul (SALAMONI 1995).

Segundo afirmação de SALAMONI (1995), além de São Lourenço e Pelotas, a colonização por pomeranos aconteceu nos estados do Espírito Santo e em Santa Catarina, porém, foi nas cidades citadas que esses imigrantes mais conseguiram manterem-se fiéis as suas tradições, fechando-se em suas comunidades e não sofrendo tanta influência de outras culturas. O texto especula que umas das razões para tal pode ser o fato de eles terem chegado a uma região onde havia a predominância luso-brasileira e o domínio da pecuária extensiva em grandes latifúndios, o que contrastava com a cultura que eles haviam trazido da Europa.

Com relação à economia, a base do município além da agricultura são os estabelecimentos comerciais de produtos alimentícios e em segundo plano, os de vestuário (WAGNER, 2005). Conforme o site de Prefeitura Municipal,

[...] a principal atividade econômica de São Lourenço é a agropecuária, com destaque para suínos, bovinos, laticínios, milho, feijão, soja, arroz, batata, cebola, fumo, aspargo, pimenta, alho e amendoim. Das terras de São Lourenço, 95% pertencem a pequenos e médios produtores. Também são importantes a indústria do couro e o turismo, que conta com uma importante quantidade de hotéis, pousadas e restaurantes. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO SUL)

Hoje, ainda há esse contraste, permanecendo uma grande parcela de terras de base patronal, produtores de arroz e soja ou de produção pecuária. Mesmo assim, a maior parte das terras consideradas rurais são minifúndios, onde prevalece a mão de obra familiar. Ou seja, as mesmas famílias, de forma hereditária, continuam nas terras e desenvolvem como principais cultivos a batata inglesa, o milho, o fumo, que hoje

representa uma fatia maior relacionado a renda na agricultura familiar, existem também pequenos produtores de leite e outros cultivos que podemos relacionar com a agricultura familiar que são a produção de diversos alimentos.

4.2- CRESOL BOA VISTA

No município de São Lourenço do Sul a CRESOL BOA VISTA começou suas atividades sendo apoiada pela cooperativa de pequenos agricultores do local, que é a COOPAR (Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul). Logo nos primeiros anos o atendimento da CRESOL era realizado na sede da cooperativa COOPAR. Com o passar dos anos a CRESOL BOA VISTA foi ganhando espaço frente a outras entidades de crédito e com isso está em fase de crescente expansão (CRESOL, 2010).

A CRESOL BOA VISTA (cooperativa de crédito) foi fundada no ano 2002 na zona rural do município de São Lourenço do Sul, ela faz parte de uma base regional que fica na região do Alto Uruguai, município de Erechim. Esta base regional conta ainda com uma central de apoio localizada na cidade de Chapecó no estado de Santa Catarina, chamada CRESOL CENTRAL SC/RS.

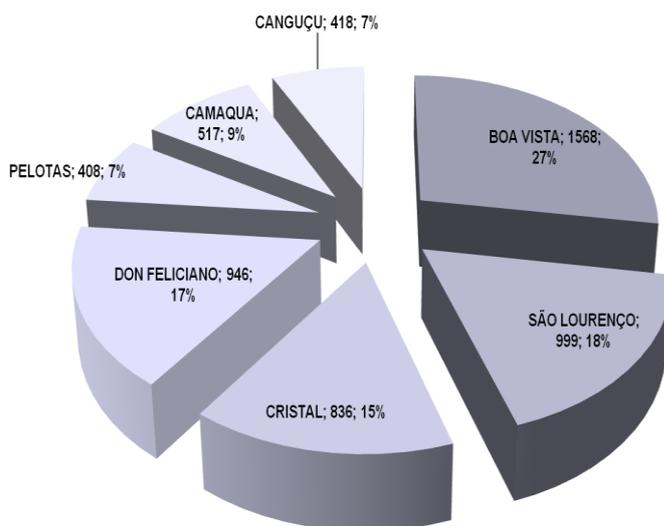
No início os sócios integrantes da COOPAR viam a necessidade de existir no local uma cooperativa de crédito que pudesse auxiliar nas atividades da região e trabalhar em parceria com esta cooperativa de produção a fim de melhorar cada vez mais as condições financeiras na agricultura familiar.

Com o desempenhar das atividades e frente a boa aceitação das famílias rurais da região a CRESOL BOA VISTA, que tem sede no município de São Lourenço do Sul, começa a ampliar o atendimento e monta postos de atendimento em cidades vizinhas. Primeiramente foi criado um posto no centro da cidade de São Lourenço do Sul, visto que a sede fica localizada Na zona rural do município. Logo após outro posto de atendimento foi criado no município de Cristal, depois em Don Feliciano, mais tarde em Pelotas e Camaquã e por último na cidade de Canguçu, totalizando a abrangência de seis municípios (CRESOL, 2010).

Apesar da abrangência regional no gráfico nº1 fica bem claro a forte atuação da CRESOL BOA VISTA no município de São Lourenço do Sul, mostrando um alto percentual de crescimento em 2010, comparado com as outras unidades dos outros municípios. Na Sede da Cresol Boa Vista o crescimento em número de sócios foi de

27%, seguida em segundo lugar pela unidade de São Lourenço do Sul com 18% de crescimento. Nos demais municípios, Don Feliciano, Cristal, Camaquã, o crescimento foi respectivamente de 17, 15 e 9%. Nos municípios de Pelotas e Canguçu o aumento no número de sócios foi de 7%.

Gráfico n°1: Evolução do quadro social, dividido por unidades de atendimento, em número de associados e percentuais do crescimento entre os anos 2009 e 2010.

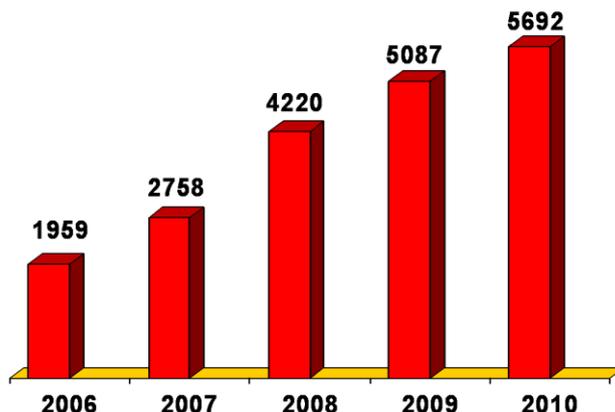


Fonte: CRESOL BOA VISTA (2011).

Os dados da evolução do quadro social são apresentados no gráfico n° 2, a seguir. Analisando o gráfico podemos identificar um crescimento uniforme nos últimos cinco anos, mostrando um aumento gradativo de sócios sem expressar um número significativo entre um ano e outro. Podemos notar um crescimento de 40,79% entre os anos 2006 e 2007, entre 2007 e 2008 o aumento foi de 53,01%, entre 2008 e 2009 foi de 20,55% e entre os anos de 2009 e 2010 houve um aumento de 11,89% no número de sócios, totalizando um crescimento de 190,56% entre os anos de 2006 e 2010.

A adesão de novos sócios é espontânea e são aceitos novos sócios que sejam agricultores familiares ou que trabalhem no meio rural, ou ainda que tenha alguma ligação com o meio rural.

Gráfico n° 2: Evolução do quadro social em números de associados.



Fonte: CRESOL BOA VISTA (2011).

No que se refere aos resultados financeiros, podemos ver no quadro n°3 o balanço apresentado aos sócios e demais participantes da assembléia anual. Neste quadro estão expostas as destinações dos recursos adquiridos pela cooperativa no decorrer do ano de 2010. Se este quadro fosse de uma empresa, e não de uma cooperativa, a empresa teria o lucro de R\$195.178,92. No caso da cooperativa, este “lucro” é chamado de sobra e os sócios decidem o que fazer com esta sobra por intermédio de voto direto na assembléia.

Quadro n°3: Resultados do exercício de 2010 da CRESOL BOA VISTA.

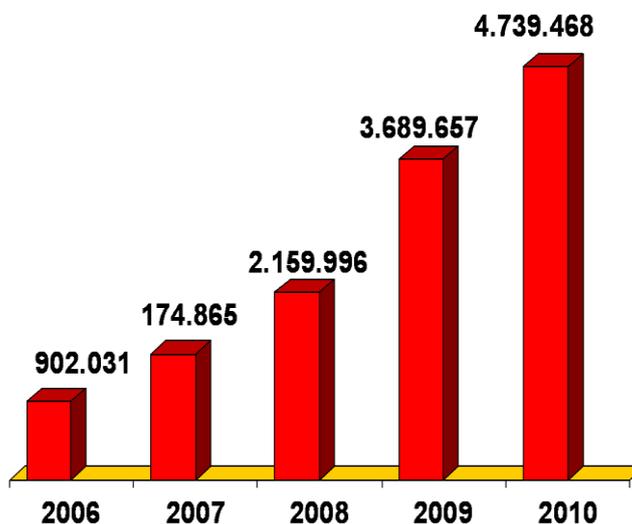
DESTINAÇÕES LEGAIS ESTATUTÁRIAS	
(+) ENTRADAS (Receitas)	R\$ 5.497.697,77
(-) SAÍDAS (Despesas)	R\$ (5.219.823,47)
(=) RESULTADO BRUTO DO ANO	R\$ 277.874,30
DESTINAÇÕES:	
(-) FATES 9,76%	R\$ (27.120,52)
(-) RESERVA LEGAL 20%	R\$ (55.574,86)
(=) Sobras Líquidas de 2010 a disposição da assembléia geral ordinária	R\$ 195.178,92

Fonte: CRESOL BOA VISTA (2011).

Tratando do patrimônio líquido da Cresol Boa Vista, os resultados dos últimos cinco anos mostram um acréscimo de quase quatro milhões de reais no patrimônio

líquido desta cooperativa, que representa um aumento de mais de 400% entre os anos de 2006 e 2010 (gráfico 3).

Gráfico nº3: Evolução do Patrimônio Líquido, em reais, nos últimos anos.

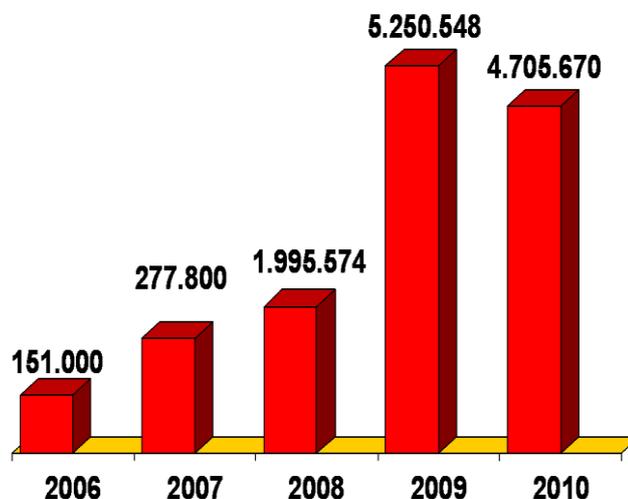


Fonte: CRESOL BOA VISTA (2011).

O gráfico nº4 apresenta, em reais, o volume de crédito em PRONAF INVESTIMENTO que a cooperativa CRESOL BOA VISTA repassa dos bancos: BNDES, BRDE e BANCO DO BRASIL aos sócios da cooperativa em geral. Ainda neste gráfico podemos notar que no ano de 2009 foi repassado um montante maior em PRONAF INVESTIMENTO, certamente equipando melhor a propriedade destes sócios que usaram deste recurso. No ano de 2006 foram repassados R\$151.000,00, ficando 84% abaixo do valor repassado no ano de 2007, que foi de R\$277.800,00.

Entre os anos de 2007 e 2008 o aumento foi de quase 620%, no ano de 2009 o montando repassado foi de R\$5.250.548,00, totalizando R\$544.878,00 a mais do que que foi repassado no ano de 2010.

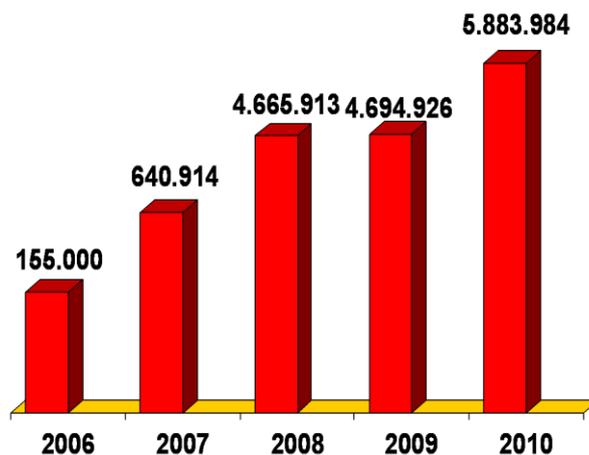
Gráfico n°4: Distribuição de recursos federais (repassse), em reais, em liberações de PRONAF INVESTIMENTO (BANCO DO BRASIL, BNDES e BRDE).



Fonte: CRESOL BOA VISTA (2011).

No gráfico n°5 é apresentado o volume de recursos federais (PRONAF CUSTEIO) entre os anos de 2006 e 2010, apresentando R\$155.000,00 em liberações no ano de 2006 e tendo um aumento de mais de 300% no ano de 2007. Em 2008 foi atingido um total de R\$4.665.913,00, muito parecido com o valor liberado em 2009 que foi de R\$4.694.926,00. No ano de 2010 foi repasso em PRONAF Custeio o montante de R\$5.883.984,00, equivalente a mais de 25% relacionado com os dois anos anteriores.

Gráfico n°5: Distribuição de recursos federais (repassse), em reais, em liberações de PRONAF CUSTEIO (BANDO DO BRASIL e BNDES).



Fonte: CRESOL BOA VISTA (2011).

No que se refere à satisfação dos associados com o uso dos recursos, mais especificamente o PRONAF INVESTIMENTO, foram aplicados questionários a vinte sócios, espalhados entre quatro municípios abrangidos pela CRESOL BOA VISTA, que utilizaram o PRONAF INVESTIMENTO para equipar sua propriedade. Foram escolhidos agricultores familiares que utilizaram deste recurso a partir do ano de 2008 e que procuram utilizar somente a cooperativa como fonte de recursos financeiros e que utilizaram a cooperativa para fazer a movimentação “bancária”, deixando de trabalhar somente com os bancos convencionais. O questionário foi elaborado com oito questões para o sócio responder espontaneamente.

Na cidade de Pelotas foi entrevistado um agricultor familiar que trabalha atualmente com gado leiteiro, ele relatou que antigamente trabalhava com um sócio na mesma função leiteira e não conseguia fazer seu trabalho gerar renda suficiente para manter sua família e eles não utilizavam maquinários no auxílio da produção. Quando optou por desfazer a sociedade e equipar a propriedade com maquinário, através do crédito do PRONAF Investimento, para auxiliar seu trabalho do dia a dia ele conseguiu melhorar e aumentar sua produção, com isso, melhorar a lucratividade na sua produção e diminuir a exausta mão de obra que ele aplicava neste processo. Este sócio já trabalha com a Cresol desde o ano de 2006, mas relata que seus movimentos financeiros já eram feitos com os bancos convencionais a mais de 10 anos e buscava apenas financiamento de custeio de lavoura para auxiliar na produção. Este sócio conclui dizendo que os investimentos que fez em sua propriedade através do PRONAF Investimento lhe proporcionaram um bem estar e minimizou o trabalho que era exercido antigamente com esta atividade, mas mesmo assim é necessário trabalhar todos os domingos, pois as vacas não dão folga nem feriado, relata o sócio.

Na cidade de Camaquã fiz o mesmo questionamento em relação aos investimentos que o sócio fez na CRESOL, bem como as movimentações financeiras no decorrer de suas atividades rurais, logo respondeu que se não fosse a CRESOL ter financiado parte de seus implementos agrícolas via PRONAF MAIS ALIMENTOS (que tem juros reduzidos e proporciona descontos nos implementos novos) parte de sua produção de arroz estaria comprometida com os altos juros que estavam sendo cobrados por outros bancos que este agricultor também operava. Este relata que por várias vezes precisou trabalhar com crédito pessoal oferecido pelo banco, que tem

juros bem elevados, o que lhe deixou com endividamento bem alto com estes bancos que operava. Relatou ainda que há alguns anos atrás precisou se desfazer de alguns maquinários para conseguir saldar algumas dívidas com os bancos, visto que teve problemas com a produção em função de fatores climáticos. Este sócio afirma que na produção de arroz, que utiliza uma grande extensão territorial, é indispensável utilizar de financiamentos para equipar a propriedade e ainda custear a produção.

Na zona rural do município Turuçu, cidade vizinha de São Lourenço do Sul, questionei um agricultor familiar que relatou ter utilizado do PRONAF durante alguns anos como custeio de lavoura na produção de milho e tabaco, logo optou por diversificar sua produção e começou a trabalhar com gado leiteiro também. Passado um ano o agricultor notou que a produção do tabaco não estava lhe dando todo o retorno esperado e, com isso, optou por deixar a produção do tabaco e investir na produção do leite.

Este agricultor utilizou do PRONAF INVESTIMENTO para adquirir mais vacas leiteiras e melhorar as instalações do local e ainda trabalha com o PRONAF PECUÁRIO para ajudar na hora do preparo das pastagens e também na produção do milho. Ele relata que se não tivesse a ajuda destes financiamentos não teria como ele ter investido na produção leiteira e deixar de trabalhar com o tabaco. Já é sócio da Cresol desde 2005, mas já era utilizador de recursos financeiros desde o ano de 1998, ano que financiou seu primeiro equipamento, um trator agrícola e desde então vem trabalhando com financiamentos e sempre conseguiu cumprir com seus pagamentos em dia, relata ainda que em um dos anos safra teve problemas de saúde na família e ficou um pouco complicado para acertar as contas, mas conseguiu negociar com o banco para não ficar inadimplente. Ele afirma que o diálogo é a melhor forma para resolver estes tipos de problema, desde que seja cumprido o que foi tratado.

O sócio diz: “hoje posso afirmar que o crédito bem aplicado pode garantir o bom andamento da propriedade rural, mas o seu uso em excesso pode trazer sérios prejuízos quando mal administrado”.

Em uma reunião na zona rural do município de São Lourenço do Sul que reuniu vários agricultores familiares para tratar assuntos sobre crédito rural e PRONAF INVESTIMENTO, dentre os agricultores estavam presentes treze agricultores de uma associação que já trabalhavam com o PRONAF e puderam ser dados como exemplo

de que o PRONAF, tanto o custeio como o investimento, disponibilizado pela CRESOL, é uma importante ferramenta para ajudar a promover o desenvolvimento local e melhorar a questão financeira das famílias associadas. Esta associação trabalha em conjunto procurando juntar a produção leiteira dos associados com o intuito de atingir um volume maior em litros de leite e com isso conseguir melhorar o preço do seu produto. No caso do PRONAF INVESTIMENTO os implementos adquiridos pelos sócios são utilizados entre o grupo formando assim um grupo unido e bem estruturado. Todos acreditam que a união sempre será uma forma de conseguir alcançar um ideal com mais facilidade. Cabe ressaltar que todos os membros desta associação são associados da cooperativa Cresol Boa Vista.

A partir desta amostragem de sócios da CRESOL que utilizaram o PRONAF para promover o desenvolvimento de suas atividades, podemos afirmar que é viável e também é uma forma de promover melhorias na renda das famílias que fazem parte desta cooperativa. Esta ainda pode ser uma ferramenta que ajude na diversificação de culturas, incentivando principalmente a produção de alimentos e não deixando somente o cultivo do tabaco, que é um cultivo bem expressivo nesta região, ser a principal fonte de renda do agricultor familiar.

Já foi comum ver agricultores utilizarem de recursos como o PRONAF para comprar um veículo ou algum outro bem que não esteja relacionado diretamente com a produção agrícola ou pecuária. Neste momento podemos afirmar que o real interesse do agricultor seria um crédito com juros acessíveis para outra atividade e não somente para a produção. Hoje a fiscalização na destinação dos recursos é mais atuante, fazendo que o produtor comprove com notas fiscais onde os recursos foram aplicados.

É importante ser ressaltado neste estudo que o crédito orientado é uma boa opção para os agricultores familiares, visto que, em muitos casos, a falta de orientação na hora de aderir ao crédito pode levar esta família à falência, ou a aplicar o recurso em algum setor que não necessite desta aplicação, pelo menos em determinado momento.

Dessa forma, novamente é ressaltado o trabalho da cooperativa CRESOL, que orienta, dá assistência técnica e fiscaliza a aplicação dos recursos liberados aos agricultores associados.

5- Conclusão:

Uma das grandes barreiras que ainda podemos encontrar em algumas regiões são a aceitação e o entendimento de algumas famílias sobre “cooperativismo”, principalmente onde falamos em crédito, pois uma cooperativa não busca somente o associado que deseja buscar crédito para sua família, ela também precisa de sócios poupadores, aqueles que trabalham e guardam suas economias em bancos ou até mesmo escondidas na própria residência, às vezes deixando de ganhar algum retorno de juros deste dinheiro aumentando seu capital se o mesmo estivesse aplicado em uma caderneta de poupança.

Percebe-se que ainda perdura a insegurança em algumas famílias em aplicar ou buscar recursos em cooperativas de crédito, em pesquisas e reuniões que acompanhamos.

Pudemos perceber isso, pois na maioria das vezes, durante reuniões de divulgação da cooperativa, surgiram perguntas do tipo: *“E se caso a cooperativa falir onde vai parar o meu dinheiro?”* ou ainda no desenvolvimento de uma cooperativa surge a seguinte resposta de um possível sócio que recebe um convite para associar-se: *“Se tudo der certo e mais pessoas se associarem eu também me associio!”*. Quer dizer que dependendo da mentalidade das pessoas pode existir uma barreira ao cooperativismo de crédito, que cresce gradativamente e a curtos passos, da forma como as cooperativas de crédito vão ganhando lugar e se tornando fortemente competitiva com os bancos, maior é a credibilidade junto a novos e futuros sócios que podem ter a certeza de estar aderindo a trabalhar com uma entidade fortemente estruturada, como é o caso da cooperativa CRESOL BOA VISTA.

Ainda existe outro entrave na questão de adesão às cooperativas de crédito, que muitas vezes recebe um pedido de um possível associado, mas o mesmo encontra-se endividado junto a outros bancos ou empresas com que ele tratou de negócios. Neste momento podemos perceber que não existe uma política pública voltada exatamente para este quesito que é o endividamento rural, fato que não é raro de ser encontrado em nossa região. É notável que em muitos casos, o agricultor que

tem prejuízos em um ano safra e não consegue cumprir com os seus deveres financeiros e corre o risco de perder o crédito no próximo ano safra e também junto o comércio em geral.

No desempenho do texto podemos notar que a cooperativa de crédito Cresol Boa Vista desempenha um trabalho voltado a agricultores familiares e procura desenvolver projetos que ajudem a diversificar o trabalho e a propriedade destes agricultores, o que estimula o desenvolvimento das famílias envolvidas e proporciona o desenvolvimento rural.

Ao encerrar o presente trabalho concluímos que o cooperativismo é uma forma societária que se torna à opção de muitas pessoas que buscam o crescimento e desenvolvimento coletivo, aliando-se a outras pessoas pelo mesmo objetivo final, obtendo dessa forma resultados satisfatórios, que talvez não alcançasse se estivesse em outro tipo de sociedade ou empreendimento.

As cooperativas possuem legislação específica e organização baseada nos seus respectivos estatutos, o que torna sua estrutura mais sólida e séria e sua gestão mais democrática e transparente.

Essas organizações desenvolvem-se cada vez mais rapidamente, ocupando um espaço significativo na economia global, proporcionando a mais pessoas a oportunidade de estarem inseridas numa sociedade igualitária, com valores e princípios definidos e baseados no crescimento mútuo.

Dessa forma, é imprescindível, mostrar à população do meio rural a importância do cooperativismo de crédito para a promoção do desenvolvimento rural, publicizando dados concretos que mostram a viabilidade do andamento da cooperativa de crédito CRESOL BOA VISTA e suas vantagens aos que aderem ao sistema.

6- Referências:

- BANCO CENTRAL. Cooperativas de Crédito História da evolução normativa no Brasil. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>, 2006. Acesso em Dezembro de 2010.
- BIALOSKORSKI, S. Agronegócio cooperativo. In Batalha, M (org). Gestão Agroindustrial. São Paulo: Atlas, 2001.
- COOK, M. The future of US agricultural cooperatives: a Neo-institucional approach. American Journal of Agricultural Economics. V. 77, p.1153-1159, dec, 1995.
- Domingues, Jane Aparecida Stefanos (org) Aspectos jurídicos do cooperativismo. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2002.
- GÜLLICH, Roque Ismael da Costa; LOVATO, Adalberto; EVANGELISTA, Mário Luiz Santos. Metodologia da Pesquisa: normas para apresentação de trabalhos: redação, formatação e editoração. Três de Maio: SETREM, 2007.
- JUNQUEIRA, Rodrigo. Finanças solidárias e desenvolvimento local sustentável: o Sistema CRESOL de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária. In Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 40. Passo Fundo, 2002. Anais.
- LOPES, M. I. B. A. O sistema de cooperativas de crédito inserido junto ao sistema financeiro nacional. 2008. Trabalho de conclusão (Graduação em ciências econômicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, faculdade de Ciências econômicas, Porto Alegre, 2008.
- MEINEN, Ê.; DOMINGUES, J.N.; DOMINGUES, J. A. S. Aspectos jurídicos do cooperativismo. Porto Alegre, Sagra Luzzatto, 2002. (Séries Cooperativas, 1).
- MEINEN, Ê.; DOMINGUES, J.N.; DOMINGUES, J. A. S Cooperativas de crédito no Direito Brasileiro. Porto Alegre, Sagra Luzzatto, 2002. (Séries cooperativas 2).
- MEINEN, Ê.; DOMINGUES, J.N.; DOMINGUES, J. A. S. O adequado tratamento tributário das sociedades cooperativas. Porto alegre, Sagra Luzzatto, 2002. (Séries cooperativas 3).
- PINHO, D. B. O Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.
- PINHO, D. B.; PALHARES, V. M. A. O cooperativismo de crédito no Brasil. Santo André: ESETEC, 2004.

PINHO, D. B. O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

PORTAL CRESOLCENTRAL. 2010. Disponível em: <http://www.cresolcentral.com.br>. Acesso em dezembro de 2010.

PORTAL CRESOLCENTRAL. 2010. Disponível em: <http://www.cresolcentral.com.br>. Acesso em Janeiro de 2011.

PORTAL DA RECEITA, Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/DIPJ/2004/PergResp2004/pr764a776.html>. Acesso em dezembro de 2010.

REVISTA CRESOL. “10 Anos de Cresol” Uma história de conquistas e desafios escrita por muitas mãos. Francisco Beltrão. Sistema CRESOL, 2006a. Num. 06/2006.

REVISTA CRESOL. Uma Década de Cooperativismo Solidário. Francisco Beltrão. Sistema CRESOL, 2006b. Num. 03/2006.

ROSSI, A. C. S. Cooperativismo à luz dos princípios constitucionais. Curitiba: Juruá, 2006.

SALAMONI, Giancarla. *Valores culturais da família de origem pomerana no RS: São Lourenço do Sul e Pelotas*. Pelotas: UFPel, 1995.

SCHARDONG, A. Cooperativa de crédito: instrumento de organização econômica da sociedade. Porto Alegre: Rigel, 2002.

SCHNEIDER, E. Cooperativismo de crédito: organização sistêmica: Ênfase no sistema SICREDI, 2006. Tese (Programa de Pós- Graduação em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2006.

THENÓRIO FILHO, L. D. Pelos caminhos do cooperativismo: com destino ao crédito mútuo. 2. São Paulo: Central das Cooperativas de crédito do Estado de São Paulo, 2002.

WAGNER, Laíne Jeske. *A COOPAR e a CRESOL e o Voto de seus Associados nas Eleições para Prefeito de 2004 em São Lourenço do Sul*. Monografia, 2007. (Especialização em Política). Pelotas. Universidade Federal de Pelotas.

YUNUS, Muhammad. O Banqueiro dos Pobres. São Paulo: Editora Ática. 2000.

ZULIAN, Venâncio Edgar. O Banco do Brasil S.A. no pós-real: um estudo de caso. Caxias do sul, 2002.

7- ANEXOS:

Anexo 01

Pontos principais da Lei 5.764/71 – Leis das Cooperativas

Da Constituição das Sociedades Cooperativas.

A sociedade cooperativa constitui-se por deliberação da Assembléia Geral dos fundadores, constante da respectiva ata ou por instrumento público.

O Ato Constitutivo deverá conter a denominação e sede, objeto social, dados pessoais dos sócios fundadores e número de cotas-parte de subscrição individual e seu valor e, nome dos eleitos para a administração e fiscalização.

A cooperativa toma personalidade jurídica com seu registro na Junta Comercial.

O Estatuto das cooperativas trás todas as informações legais a respeito da mesma, tais como:

- a) Direitos e deveres;
- b) Admissão e demissão dos associados;
- c) Estrutura de administração e fiscalização;
- d) Assembléias gerais; etc.

A Escrituração das cooperativas é feita por meio de matrículas de atas das assembléias gerais, de atas administrativas e fiscais, livro de presenças nas assembléias gerais e outros controles fiscais obrigatórios.

Do Capital Social

O Capital Social será subdividido em cotas-parte e o valor unitário não poderá superar o maior salário mínimo vigente no país. Nenhum associado poderá subscrever mais de um terço do total das cotas-parte.

Fundos

As cooperativas têm obrigação de constituir um Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e atender o desenvolvimento das atividades, constituído com 10% das sobras líquidas do exercício. Também devem constituir um Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado a prestação de assistência aos associados e seus familiares bem como aos colaboradores da cooperativa, constituído de 5% das sobras líquidas do exercício. Por meio da Assembléia Geral a cooperativa poderá criar outros fundos destinados a fins específicos.

Dos Associados

O ingresso nas cooperativas é livre a todos que desejarem utilizar os serviços prestados pela mesma, desde que concordem com os propósitos sociais e preencham as condições estabelecidas no estatuto. Os associados que tiverem vínculo empregatício com a cooperativa perdem o direito de votar e ser votado, até que sejam aprovadas as contas do exercício em que ele deixou o emprego.

A demissão do associado será unicamente a seu pedido, e a exclusão poderá ser feita por dissolução da Pessoa Jurídica, por morte da Pessoa Física, por incapacidade civil não suprida ou por não atender os requisitos de ingresso ou permanência na cooperativa previstos em estatuto.

Assembléia Geral

A Assembléia Geral dos associados é o órgão supremo da sociedade dentro dos limites legais e estatutários, tendo poderes para decidir os negócios relativos a sociedade e tomar decisões convenientes ao desenvolvimento e defesa da mesma, as suas deliberações aplicam-se a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

Serão convocadas com antecedência mínima de dez dias, mediante a publicação em jornal e comunicação aos associados por meio circular. A convocação poderá ser feita pelo presidente, órgãos administrativos, conselho fiscal ou por um quinto dos associados em pleno gozo dos seus direitos.

Cada associado tem direito a um voto independente do valor da sua cota na cooperativa sendo este impessoal e intransferível, salvo exceções expressas no estatuto social. O quorum de instalação depende de dois terços do número de associados na primeira convocação, metade mais um dos associados em segunda convocação e mínimo de dez associados na terceira convocação.

Assembléia Geral Ordinária

A Assembléia Geral Ordinária deliberará sobre a prestação de contas dos órgãos de administração acompanhada do parecer do conselho fiscal contendo relatório de gestão, balanço, demonstrativo das sobras ou perdas decorrentes do exercício. Ainda decidirá a destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas e também a eleição dos componentes dos órgãos administrativos e conselho fiscal.

Assembléia Geral Extraordinária

Poderá ser convocada Assembléia Geral Extraordinária quando houver necessidade de tratar sobre reforma de estatuto, fusão, incorporação ou desmembramento, mudança do objeto da sociedade, dissolução voluntária e nomeação de liquidantes, contas do liquidante e outro assunto de suma importância.

Dos Órgãos de Administração

Como o próprio nome esclarece, a administração das cooperativas é exercida pelo Conselho de Administração e/ou pela Diretoria, constituídos exclusivamente por associados. Geralmente ele é composto de Presidente, Vice-Presidente, Secretário e dois Diretores, sendo que as funções de cada um estão previstas no estatuto social de cada cooperativa.

Do Conselho Fiscal

Incumbido de fiscalizar as atividades da sociedade, é composto de seis membros (três titulares e três suplentes) eleitos para período de um ano, sendo permitida a reeleição de apenas dois desses conselheiros.

Da Dissolução e Liquidação

Ambos são processos de extinção de cooperativas e podem ocorrer nas seguintes hipóteses: decisão dos associados, decurso do prazo prefixado de sua duração, consecução dos objetivos predeterminados, redução do número mínimo de associados ou capital social mínimo, cancelamento da autorização de funcionamento e paralisação de atividades por mais de cento e vinte dias. Se a dissolução for deliberada em assembléia, esta nomeia um liquidante ou mais, e um conselho fiscal para proceder à liquidação. O liquidante, após audiência do executivo federal, processará a liquidação. Feito isso se houver recursos reembolsará os associados e dará destinação legal ao remanescente, se houver. O processo de liquidação encerra-se com a prestação de contas do liquidante em assembléia geral e a extinção da sociedade, tudo deve ser registrado em ata, publicada e arquivada na Junta Comercial.

Dos Prejuízos

Os prejuízos verificados no decorrer do exercício serão cobertos com recursos do fundo de reserva e se for insuficiente rateado entre os associados na razão direta dos serviços utilizados.

Da Fiscalização e Controle

A fiscalização e controle das sociedades cooperativas serão exercidos de acordo com o objeto de funcionamento. As cooperativas de crédito e as seções de crédito das agrícolas mistas são fiscalizadas pelo Banco Central de Brasil, as de habitação pelo Banco Nacional de Habitação e as demais pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Anexo 02

Questionário aplicado aos sócios

- 1) Trabalha há quantos anos com sistema financeiro (bancos)?
- 2) Trabalha há quantos anos com a Cresol?
- 3) Que tipo de recurso financeiro utiliza com a cooperativa?
- 4) Há quantos anos já faz financiamentos junto ao sistema financeiro (bancos)?
- 5) Os financiamentos feitos são de recurso próprio do banco (crédito pessoal) ou são repasses federais (PRONAF)?
- 6) Há quantos anos busca financiamentos na Cresol?
- 7) Já teve problemas com endividamento junto a instituições de crédito?
- 8) Qual sua opinião sobre a importância do crédito para a agricultura familiar?